

O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL SOBRE PRECATÓRIOS EM TRÂMITE NO CONGRESSO NACIONAL PERIGO À CIDADANIA E AO ESTADO DE DIREITO

*Sidney Romano dos Reis**

Lendo o site “Consultor Jurídico”, deparei-me com a seguinte notícia: “Senado aprova PEC dos Precatórios nesta quarta”. Na matéria se dá conta de tramitar no Congresso Nacional Projeto de Emenda Constitucional que prevê extinção da ordem cronológica dos precatórios, que eles só poderão ser pagos dentro de uma limitação orçamentária, na verdade ínfima, e que aqueles que não quiserem se submeter a esse tratamento poderão se valer de uma espécie de Central de Leilões, com prejuízo evidente.

A única interpretação possível dessa notícia, de resto muito comentada pela imprensa nacional, é de que o descaso dos políticos parece não ter fim, com o adendo de que qualquer resquício de recato e respeito que pudessem ter pelo cidadão e pelas instituições foi formal e finalmente sepultado pelo desprezo com que são tratados os credores do Estado e o próprio Poder Judiciário.

Não bastassem as modificações constitucionais já levadas a efeito mediante emendas que alteraram o texto original da Carta Magna, sempre infelicitando os credores e pondo em

* Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. Professor licenciado do Curso de Direito da Universidade Cruzeiro do Sul – Unicsul.

dúvida se o Poder Judiciário efetivamente tem elementos para poder impor o cumprimento de suas decisões, vê-se agora tentativa mordaz e sorrateira de institucionalizar o calote estatal.

Além de se acabar com a ordem cronológica dos precatórios, cria-se sistema que, em tese, poderia beneficiar os credores mais idosos ou de valores pequenos, mas que, examinado com mais profundidade, certamente ilaqueará seus direitos de modo irrefragável, posto que o que passar do limite orçamentário fixado cai na vala comum de uma ordem em que o valor crescente é fator de prioridade, com especial enfoque para a limitação que estados e municípios serão premiados. Eis que os primeiros deverão prever 2% da receita líquida para pagamento dos precatórios, ao passo que as finanças municipais são contempladas com 1,5% dessa fonte de recursos, estendido o prazo para pagamento em quinze anos. Ademais, estipula-se, ainda, que 40% dos precatórios serão pagos nesse sistema e que os restantes 60% levados a leilão.

É mais do que óbvio que a fixação dos valores de pequena monta será feita de modo a proteger os interesses do Estado, nunca dos credores. Aqueles cujos precatórios ultrapassarem esse valor terão seus direitos destinados ao mesmo tratamento devido a todos os demais, numa relação crescente de valores, podendo sofrer parcelamento de quinze anos ou se resignarem a lançar seus títulos para compra em leilão, com deságio que, na prática, chega muitas vezes a 90% do valor de face da dívida. Isso equivale dizer que essa negociação de cunho pretensamente jurídico, mas de imoralidade incontestada, terá como balizamento a ganância daqueles que pretendem comprar os títulos para, v.g., utilizá-los para compensação de débitos tributários, só que pelo valor da integralidade deles.

E, óbvio, a isso se soma de forma humilhante para a maioria quase absoluta dos credores, que são de origem pobre, o desespero pela doença, pela miséria ou mesmo pela proximidade da morte, dado o atraso com que são liquidados seus créditos.

O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Como cediço, o atraso nos pagamentos dos precatórios faz com que credores se vejam obrigados a negociar seus títulos em situação absolutamente estarrecedora, imoral mesmo, não se vendo uma única propositura de projeto de lei que vise modificar esse desumano tratamento. Há notórias notícias de que muitos credores falecem após décadas de espera, sem que gozem em vida a consagração dos seus direitos. E gente que não tem riqueza, em sua grande maioria, que era dona de propriedades desapropriadas, funcionários que na ativa não receberam o que a lei lhes dispensava ou que, por infortúnio, se viram vítimas de atos de responsabilidade Civil do Estado.

Os representantes dos Executivos estaduais e municipais enfatizam que os pagamentos de precatórios constituem verdadeiro escolho à governabilidade. Reclamam não poder cumprir suas metas em termos de saúde, educação, segurança, transportes, moradia e outras em razão do que têm a pagar para os credores. Não dizem, contudo, o quanto se gasta em publicidade que só tem finalidade política, nem quanto se destina aos salários de cargos em comissão, ou quanto é vertido para pagamentos de vantagens que a maioria dos cidadãos não possuem, tal como a imprensa vem noticiando, deixando à luz do dia, desnudos, atos que chocam a opinião pública pela desfaçatez com que se administra o dinheiro do Povo.

Ao ter que engolir garganta abaixo essa monstruosidade chamada sistema de precatórios, o cidadão vê-se absolutamente abandonado por aqueles que, em tese, deveriam ser seus representantes nas casas legislativas. O que se nota com notícias como essa é uma mal disfarçada maldade que se pratica com centenas de milhares, talvez milhões de cidadãos que, desgraçadamente, tornaram-se credores do Poder Público e são submetidos a uma metodologia humilhante, perversa, pertinaz e tinsnada pelo mais profundo despreço à simples esperança de cada um receber o que lhe é devido. É desnecessário anotar que a recíproca não é verdadeira, já que o cidadão devedor do Estado sente em seu patrimônio todo o peso da Lei, e não pode, como óbvio, lançar mão de projeto

de lei que lhe possibilite “empurrar com a barriga” seus débitos, com parcelamentos aviltantes e descontos fora de qualquer propósito. Alguns até são considerados criminosos.

E o que tem a ver o Judiciário com isso? Muito simples. Os precatórios resultam de requisições feitas pelos presidentes de tribunais, em função do trânsito em julgado de decisões que condenaram o Estado pagar a seus credores o que se lhes é determinado por lei, em absoluta obediência ao sistema positivo vigente.

Apesar de todos os esforços de juízes, desembargadores e magistrados de Tribunais Superiores, as requisições não são atendidas, o atraso nos pagamentos de precatórios não raro alcança dez anos e mesmo quando se decreta o sequestro de rendas públicas, sempre há meios processuais de se dilatar, quando não evitar o pagamento. Quando há decretação da necessidade de Intervenção Estadual, nunca se soube da nomeação de interventor pelo governador, pelo menos aqui em São Paulo. Quando se trata de decisão de Intervenção Federal recomendada ao Colendo Supremo Tribunal Federal, não se viu, jamais, qualquer providência mais efetiva, posto haver sempre a imprecação, pelos governos, de que não há dolo na falta de pagamento, porém dificuldades orçamentárias que impedem o cumprimento das ordens judiciais, nada obstante se tenha previsão dos valores dos precatórios e deversem eles ser obrigatoriamente incluídos nos orçamentos dos Estados e Municípios para efetivo pagamento, o que, evidentemente, não ocorre.

Essa nova Proposta de Emenda Constitucional (PEC) é afronta também ao Judiciário, porquanto a força de suas decisões está sendo derrubada com a mais cruel das armas, um Projeto de Emenda à Constituição, em que não se dá às partes prejudicadas o direito de serem ouvidas e nem se propicia, no jogo democrático de um verdadeiro Estado de Direito, que as instituições debatam a matéria à exaustão, o que leva, indiscutivelmente, à desmoralização do Poder que determina os pagamentos, já que os cidadãos não se lembrarão

das emendas constitucionais, somente da falta de efetividade das decisões do Judiciário.

O que o Executivo faz, com vistas grossas dos congressistas, é afrontar a dinâmica constitucional que institucionaliza o dever dos pagamentos dos débitos dos poderes públicos por ordem do Judiciário. Equivale dizer que se jogam na vala do calote institucionalizado a majestade e a sobranceira do Judiciário, sepultadas em conjunto com a cidadania e vergonha nacionais.

A cidadania não pode ficar silente em face dessa dantesca manobra de apequenamento da sociedade e do Judiciário. Devemos nos irmanar aos órgãos que verdadeiramente defendam os direitos das pessoas e dar nosso grito de alerta a todo o Brasil do perigo que ronda o Estado Democrático de Direito, a fim de que uma voz não tão mais rouca das ruas possa ser ouvida e de sua força se servirem nossos congressistas para dizerem não a essa tentativa canhestra e desprezível de se criar o princípio de que o poder público não tem que pagar o que deve.

Devem os senhores congressistas lembrar que, na força dos nossos votos, nas próximas eleições, haveremos de dar nossa resposta caso esse ultraje cubra a Nação de vergonha e de frustração no apequenamento das Instituições do Estado de Direito.